

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2007 (Deputado Raul Jungmann)

Requer realização de audiência pública para tratar sobre o tema “ Livro Branco de Defesa Nacional Brasileiro”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para tratar sobre o Livro Branco de Defesa Nacional Brasileiro.

Para tratar do assunto objeto da referida audiência solicito que sejam convidados e tendo em vista a importância do tema solicitamos que sejam convidados para prestarem informações sobre o referido Livro:

- Sr. Nelson Jobim – Ministro de Estado da Defesa;
- Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto – Comandante da Marinha
- Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito - Comandante da Aeronáutica
- General-de-Exército Enzo Martins Peri – Comandante do Exército
- Sr. Geraldo Cavagnari – Núcleo de Estudos Estratégicos – UNICAMP
- Sr. Eliézer Rizzo de Oliveira - UNICAMP

JUSTIFICATIVA

O Livro Branco de Defesa Nacional é um documento de Estado cuja finalidade é consolidar a legitimidade da Defesa Nacional, dispondo para a cidadania, os conceitos, estruturas, objetivos, recursos financeiros e humanos, as normas jurídicas, as perspectivas estratégicas, os riscos e ameaças que a envolvem.

A ONU, através do Departamento de Assuntos Políticos e a OEA, através da Comissão de Segurança Hemisférica estimularam, em suas reuniões, a importância do referido documento, sendo que o assunto “ Livro Branco” foi colocado nas agendas de discussão.

Os Livros Brancos de Defesa Nacional são produtos históricos de regimes democráticos. O Brasil não possui ainda o referido livro, tendo elaborado um documento sintético denominado “Política de Defesa Nacional”, que se aproxima de uma carta de intenções.

É importante que as questões de defesa e segurança devam deixar de ser objeto de desconhecimento e desinteresse por parte da sociedade civil, ou sociedade organizada. É necessário que a discussão sobre a elaboração do “Livro Branco” ou seu equivalente brasileiro alcance os meios de comunicação e os movimentos sociais.

A política de defesa nacional deveria ser expandida num amplo projeto de estratégia, defesa e segurança por meio de debate transparente entre os poderes constituídos e a sociedade civil. Lembramos que já ocorreu uma iniciativa de discussão acadêmica, nos moldes de um ciclo de debates que foi promovido pelo Ministério da Defesa em 2003/4 que mostra uma iniciativa nesse sentido, apesar de insuficiente.

Países como Argentina (1999), Chile (2002), Canadá (1994), Guatemala (2003), Nicarágua (2004), Peru (2005) já estruturaram seus livros brancos. O Brasil em 1996 foi pioneiro no contexto latino-americano ao adotar a Política de Defesa Nacional, documento que cumpriu os objetivos a que se pretendia, entretanto, é um documento tímido e insuficiente com relação aos conteúdos dos Livros de Defesa Nacional.

É fundamental que os parlamentares que compõem a Comissão de Relações Exteriores possam aprofundar o debate sobre o assunto em questão e que possamos contribuir para que o Brasil possa, no menor prazo possível, ter o seu “ Livro Branco de Defesa”.

Sala das Comissões, de de 2007.

Deputado Raul Jungmann
PPS/PE